

## CHARGES COMO DOCUMENTOS HISTÓRICOS: IMAGINANDO O GOVERNO COLLOR (1990-1992)

## CHARGES AS HISTORICAL DOCUMENTS: IMAGINING THE COLLOR GOVERNMENT (1990-1992)



**CRISTIAN DE PAULA SALES MOREIRA JUNIOR<sup>110</sup>**

### **Resumo**

Tentamos identificar a maneira como as charges e demais produções gráficas são e atuam como documentos do processo histórico brasileiro. As charges e demais produções gráficas são apropriadas, aqui, como fontes históricas. Para isso se fez necessário, nesta pesquisa, refletir sobre a relação das charges com o contexto do período, com a imprensa e com a própria ciência História. Ao se fazer uma análise historiográfica, percebe-se que a historiografia tradicional relegou as imagens uma posição de subalternidade em uma “hierarquia” das fontes históricas. Este fenômeno é uma herança histórica do iluminismo que priorizou o texto. Esta visão, no presente momento, está quase superada pelos historiadores, mas ainda exige avanços. Aplicamos estas ideias na análise de charges referentes ao governo Collor (1990-1992).

**Palavras-chave:** Governo Collor; charges; História da Imprensa.

### **Abstract**

We tried to identify the way in which cartoons and other graphic productions are and act as documents of the Brazilian historical process. For this, it was necessary, in this research, to reflect on the relationship of the cartoons with the context of the period, with the press and with the science of History. When carrying out a historiographic analysis, it is clear that traditional historiography has relegated images to a subordinate position in a “hierarchy” of historical sources. This phenomenon is a historical legacy of the Enlightenment that prioritized the text. This vision, at the present time, is almost surpassed by historians, but it still requires advances. We tried these ideas in the analysis of cartoons in reference to the Collor’s government (1990-1992).

**Keywords:** Collor Government; cartoons; Press History.

### **Introdução**

Não se pode ignorar que as charges, mesmo possuindo dinâmicas e atribuições que lhes são próprias, são veiculadas em jornais e refletem, dialeticamente, suas

---

<sup>110</sup> Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás – UFG. E-mail: [cristian.knd@gmail.com](mailto:cristian.knd@gmail.com).



condições. Estes veículos de mídia impressa, aqui como em outros casos, são um importante meio de comunicação e organização política. Em geral, a informação é veiculada de três possíveis formas: na disposição do material do jornal; na dinâmica em favor ou contra os agentes da atualidade, sob a qual as charges fazem todo sentido; e na organização narrativa do objetivo, que se evidencia na narrativa, também construída pelas charges.

Acreditamos que esta narrativa das charges é, de fato, uma produção simbólica da realidade, e não apenas uma tentativa de a reproduzir. Jean-François Tétu (1997) diz que o jornal “faz acreditar”. Não especificamente nos fatos veiculados pelas notícias e informações, mas em uma “realidade” produzida por ele. Também acreditamos que “o jornal constrói o acontecimento”, como diria Verón (1987).

Em um tempo não muito distante, muitas pessoas tinham o hábito de nas primeiras horas do dia olharem os jornais. Até mesmo nos dias de hoje (mesmo que, pela intuição, acreditamos ser mais raro), poucas pessoas deixam de olhar as charges do dia. Eu mesmo, quando era criança, sempre pegava os jornais para ver as charges, mesmo que não entendesse muito bem o que elas queriam dizer, ou as mensagens que transmitiam. Este fenômeno acontece porque a charge não requer o mesmo tempo que o texto para leitura. Sob a lógica do capitalismo, no dia a dia, de que “tempo é dinheiro”, isto é muito importante. Nem mesmo uma habilidade de leitura, levando-se em consideração o caráter imagético das charges (de simultânea compreensão), é necessária.

Para entender a charge, no entanto, é necessário estar inserido no contexto em que ela atua e representa, se não a nível empírico, ao menos a nível de estudos históricos. É o que pretendemos neste trabalho. Isto acontece porque as charges, apesar de sua aparente fácil compreensão, dependem de certas chaves de interpretação que apenas o contexto histórico, bem como seu contexto social e político pode fornecer. E, apesar de possuir elementos em comum, é necessário destacar, também, que existe diferenças entre charges e caricaturas. As caricaturas se referem a apenas um indivíduo, representando de forma exagerada os traços estéticos mais marcantes do mesmo, enquanto as charges representam um contexto, uma situação política (ocupar posição de destaque no debate público é, segundo Rodrigo de Sá Motta (2016), ocupar destaque nas charges). Em outras palavras, há caricatura nas charges, mas não o inverso.

Pretendemos, também, apontar que as charges podem ser trabalhadas de forma dialética. Esta proposta se justifica pela impossibilidade de imparcialidade das charges:



elas são um produto cultural que implica nas ideias e visão de mundo de seu autor, bem como determina e é determinada, ao mesmo tempo, pela linha editorial do jornal, ou do meio em que está inserida. De acordo com Rodrigo Pato de Sá Motta (2016), as caricaturas – que se diferenciam das charges por se referirem a apenas um indivíduo, retratando seus traços mais marcantes de forma grotesca ou ridícula –, ilustram a posição política do jornal, expressando o ponto de vista do periódico sobre os temas em discussão na sociedade. Entretanto, o artista, seja ele um caricaturista ou um chargista, ao se expressar sobre temas políticos, está não só representando o posicionamento do jornal, mas também sintetizando um ponto de vista que lhe é próprio. Sua arte se torna, assim, um instrumento político, também atuante. É uma forma de intervenção do autor no debate público, isto é, existe uma certa autonomia. Assim sendo, as charges se justificam como uma fonte legítima para análises históricas, assim como os textos jornalísticos também foram por muito tempo, e ainda são.

Encontramos uma metodologia simples para análises das charges em Vinícius Liebel (2005). Em primeiro lugar, destaca-se a percepção das características do veículo no qual as charges estão vinculadas. A linha editorial do jornal, por exemplo, instrui o historiador sobre qual público se pretende alcançar. É de se esperar que uma charge veiculada no *Völkischer Beobachter*, jornal oficial do Partido Nazista, jamais falaria bem de judeus e comunistas em detrimento dos nazistas, por exemplo. Pode-se supor, também, que nem judeus nem comunistas fossem consumidores regulares deste jornal. Talvez até os comprassem por motivações específicas, como forma de se informar sobre os ataques do grupo rival, ou para pesquisas críticas, mas não seria uma regra e, sim, uma exceção. Pode-se, inclusive, entender os jornais como aparelhos de hegemonia.

Em segundo lugar, partimos para a percepção de qual a composição da charge, levando especialmente em consideração o lugar onde a charge é ambientada, as mensagens contidas em primeiro ou segundo plano, e até mesmo as expressões dos personagens. É necessária a caracterização dos personagens, para que possamos reconhecê-los. Neste aspecto específico, destaca-se que os artistas utilizam o recurso da caricatura,

um desenho humorístico satirizando os principais traços do retratado, mas sem exageros, pois assim o reconhecimento fica falho [...]. O teor da charge, entretanto, se encontra nos traços não permanentes. Constituem os traços não permanentes das caricaturas aqueles utilizados pelo desenhista para demonstrar as emoções dos personagens (LIEBEL, 2005, p. 3).



No entanto, as grandes armas políticas das charges não são os detalhes técnicos de sua produção. Na verdade, é o humor que atua como “agente corrosivo” (LIEBEL, 2005, p. 4), o que nos leva a interseccionar com este assunto. Umberto Eco aponta para uma relação entre humor (riso) e perda de medo. Sigmund Freud (1977) também possui contribuições a este respeito. Humor seria, para este, o prazer existente em, mesmo que por poucos momentos, sentir-se livre de certas amarras sociais.

O ato de rir, seja de um político específico, ou de uma situação política, pode mitigar a relação de autoridade que se exerce sobre as pessoas e suas opiniões. Ao estudar as charges, estamos direcionando nosso olhar a aspectos de toda uma sociedade, ou de um setor dela, e as opiniões que determinam e são determinadas por elas, simultaneamente.

A partir disto, percebemos que os campos da História com os quais o estudo das charges dialoga são os da História do Tempo Presente, História da Imprensa, História e Humor e História e Imagem (em um sentido mais ou menos limitado, pois nos referimos apenas às charges). Passaremos para uma breve apresentação de como se dá o diálogo com estes campos. Mas antes, um breve apontamento histórico sobre as charges no Brasil.

Importante contribuição para este campo é a obra da historiadora Isabel Lustosa (1989;1998). A autora problematiza o “mito da cordialidade”, expressão duramente criticada pela sociologia e que tem origem no livro “Raízes do Brasil”, um clássico de Sérgio Buarque de Holanda. Esse conceito apresenta uma certa pacificidade, ou passividade, do brasileiro diante de conflitos, uma certa tendência para a não violência, que seria consequência da ausência de uma tradição revolucionária. Estariam incluídos neste “mito”, o assim chamado “jeitinho brasileiro”, a impressão pessoal em relacionamentos públicos, dentre outros fatores do cotidiano brasileiro. Segundo a autora, este mito teria sido duramente criticado pela esquerda marxista por ignorar a violência na relação entre Estado e cidadãos no Brasil que, em Sérgio Buarque, é tida como uma espécie de projeção do patriarcado familiar.

Mas o interessante para nós aqui é que, para a autora, uma confirmação aparente é lançada sob a tal tese do mito da cordialidade: a caricatura brasileira. Para ela, neste artigo de 1998, a crítica à política e aos políticos da caricatura teria sido sempre cordial. Poderia ser, talvez, uma espécie de “amortização” da sua atividade. Para ela, nem mesmo os presidentes mais tiranos da república haviam sido “massacrados pela caricatura” (LUSTOSA, 1998).



A autora parece intuir que, por causa da forte censura da ditadura militar (de 1964 a 1985), era de se esperar uma certa movimentação crítica mais forte das charges e caricaturas que voltassem aos jornais no chamado período de redemocratização, embora isto não tenha acontecido. Mesmo reconhecendo a dinâmica do processo de abertura política - isto é, um processo tutelado, dirigido pelos próprios militares, o que faz com que as charges e caricaturas se concretizem num momento em que a Ditadura já havia sido aparentemente concluída -, a autora aposta na tese da cordialidade.

Existe, para ela, o elemento do humor desde os primórdios da imprensa brasileira. Aponta-se que, mesmo no século XIX, quando dos jornais com teor sério e preocupado com mudanças sociais profundas, havia um espaço, por mais que mínimo, para uma certa ironia humorística com a situação, ou com os políticos que a representavam.

No entanto a caricatura só se torna um elemento frequente, parte constitutiva da imprensa, a partir de 1837, quando da revista ilustrada *Lanterna Mágica*. Interessante que, até o final do século XIX a caricatura brasileira era produzida principalmente por estrangeiros, dentre os quais os italianos Ângelo Agostini (que chega ao Brasil em 1867) e Luigi Borgomaniero.

Ângelo Agostini, com sua *Revista Ilustrada* (1876 - 1898)<sup>111</sup> representa, para a autora, uma inflexão no estilo do humor de imprensa no Brasil. Além de ter fundado várias outras revistas, deixou seguidores que continuaram a trabalhar nos caminhos abertos por ele. No entanto, com o desenvolver do processo histórico, o humor permaneceu, nas palavras da autora, uma “alternativa contra a violência do regime” e, assim, uma linguagem consolidada na imprensa (LUSTOSA, 1998, p. 78).

Para a autora, ainda, uma caricatura “genuinamente brasileira” nasce na virada do século XIX para o XX, com Raul Pederneiras, Kalixto e J. Carlos. Com estes, a caricatura passa a adquirir um caráter mais formalizado da interpretação de cada autor sobre a situação política, bem como é evidenciada a diferença nos traços e no estilo. O principal alvo das críticas chárgicas do momento era o presidente Hermes da Fonseca, consagrado com chiste na imagem de “Dudu da urucubaca” (LUSTOSA, 1998).

---

<sup>111</sup> A mesma revista serviu um papel importante ao acompanhar os processos e conflitos quando da instauração da República no Brasil, segundo Isabel Lustosa. “Detalhista, a Revista fazia a crônica dos acontecimentos políticos da semana na página central, em seqüências de desenhos que fazem lembrar as modernas histórias em quadrinho” (LUSTOSA, 1998). Parece também haver uma mudança de posicionamento de crítica, para com os políticos da monarquia, para de glamourização para os políticos da república.



Se o nascimento da república é o momento do nascimento da “verdadeira caricatura brasileira” e seu apogeu, a partir do governo Vargas a situação muda um pouco. Este momento está associado ao desenvolvimento de novas tecnologias de imprensa que possibilitam um maior uso e disseminação de imagens, reduzindo o espaço das caricaturas e charges. Nesse período, apesar da violência contra comunistas e integralistas, presos políticos no geral, bem como pelo contexto da Revolução de 1930 que já seria em si violento, Vargas não protagonizou uma imagem negativa nas caricaturas. Talvez pelo fato de contar com o Departamento de Imprensa e Propaganda, o fato é que, com a implementação da legislação trabalhista, a imagem que se consagrou de Vargas, segundo a professora Isabel Lustosa, é a de “pai dos pobres” (LUSTOSA, 1998). O que queremos demonstrar, na verdade, é a forma como as charges e as caricaturas não só refletem uma realidade política, como geralmente se acredita no senso comum, mas intervém no cenário político ao mesmo tempo, embora no artigo a professora não reproduza uma charge sequer.

A exemplo disto, a autora destaca em seu artigo que o que mais chamava atenção nas caricaturas sobre Vargas era o seu “continuísmo” ou o ímpeto de permanecer do poder. Após o golpe de 1964, a produção chárstica teve que driblar os aparelhos de censura. Importante, na época, é *O Pasquim*<sup>112</sup> (Rio de Janeiro) que reunia um grupo de jornalistas e caricaturistas que, com humor e irreverência, criticavam o golpe, o regime e as elites brasileiras que se identificavam com eles. Importante, para nós também, é o fato de que este periódico viria a influenciar os chargistas que produziram as charges que apresentaremos ao final deste trabalho, como herança histórica. Interessante que, na época em que o artigo foi escrito, a autora destacava um certo caráter de “crise” da produção chárstica, que passa a ocupar um lugar talvez menos importante do que quando da sua primeira e segunda fases. Mesmo assim, reconhece algo que estamos tentando estabelecer aqui: as charges e as caricaturas continuam sendo uma expressão importante da imprensa (LUSTOSA, 1998).

Mesmo assim, como já mencionamos, o que existe de mais especial nas charges não são seus detalhes técnicos, mas o humor. Liebel (2005) desenvolve uma intersecção com o proposto por Umberto Eco a partir de Freud. Na teoria freudiana do humor, o psicanalista acreditaria no riso como uma ferramenta liberalizante de emoções e sentimentos reprimidos. Uma espécie de válvula de escape psicológica que promove

<sup>112</sup> *O Pasquim* foi um periódico de humor nascido no Rio de Janeiro da década de 1970, em oposição à ditadura militar, reunindo um importante grupo de jornalistas, desenhistas e chargistas.



prazer justamente por romper com determinadas tensões de estresse emocionais causadas por situações sociais, relações afetivas, dentre outros. Ou seja, o Humor, em Freud, seria o prazer por, em poucos momentos, “sentir-se livre das amarras sociais a que estava atado” (LIEBEL, 2005, p. 6). O autor conclui que a sociedade é moldada por um imaginário que é influenciado pelos jornais e pelas charges que eles contêm. Rir de um político, de uma ação, ou de um agente de poder mina a autoridade que este exerce sobre a população e sobre o “imaginário”. Desta forma, ao estudar as charges estamos estudando características de toda uma sociedade, ou de um segmento dela, e o imaginário que a determina e, acrescenta-se, é determinado por ela.

Elias Saliba, pesquisador de História Cultural do Humor na USP, destaca que “o humor é parte essencial da natureza humana” (SALIBA, 2002). Talvez por isso seja tema de estudo dos mais variados campos da ciência, embora na História necessite de avanços. O artigo do professor caminha no sentido de validar a constituição de campos de estudo para o tema da História Cultural do humor (SALIBA, 2020). Interessante para nós é que, por mais que as pesquisas nessa área sejam ainda inconclusivas ou em vias de realização, o riso, ou em última instância o humor em si e suas mais variadas formas e expressões (como as charges, por exemplo) não tem seu valor nas piadas, nas chamadas “incongruências” da realidade, mas sim em uma relação, ou melhor, em uma “interação social”. Reconhecemos que a linguagem, inclusive a visual, é elemento fundamental do processo, embora o limite deste trabalho não nos permita aprofundar sobre o tema, ao invés de apenas passar por ele. Importante também que o professor traz à discussão a tese de Habermas em que a leitura, mas também os impressos, possibilitaram a formação de uma opinião pública que se projetasse das esferas literárias para a esfera pública propriamente (SALIBA, 2002). De fato, “ler” não se refere só a textos, e faz parte das nossas ideias que as charges contribuem para uma politização na esfera pública das situações políticas, ou da realidade política.

Numa tentativa de releitura, a partir de novos caminhos, do início do século XX, o autor destaca a representação humorística brasileira. Acima de tudo, destaca-se que o humor e o riso são fundamentalmente históricos (SALIBA, 2002). No entanto, as charges estão muito além do humor. Ou melhor, elas não são só humor. São o que, então?

Passamos aqui para uma constatação que vem sendo construída nas entrelinhas deste trabalho: não se pode desvincular as charges da imprensa, onde elas estão inseridas e submetidas a um conselho editorial. Mas isto acontece também porque a



interpretação das charges exige, geralmente, um conhecimento sobre fatos ocorridos na sociedade. Por isso, é importante que se fique atento às notícias e aos fatos importantes que veiculam na imprensa em que as charges são produzidas. Existe uma forma dialética com que a leitura das charges pode induzir a leitura das outras notícias dos jornais. Pois bem, os jornais já estão comprados. Como já mencionado anteriormente, eles atuam como mais do que uma mercadoria: eles objetivam o convencimento da população, a influência da opinião pública. Então as charges induzem os leitores a lerem as outras notícias, não pelo consumo, mas pelo convencimento.

Concordamos com uma ideia central que atravessa livro “História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder”, organizado por Lúcia Maria Neves, Marco Morel e Tânia M. Bessone (2006): a de que veículos de imprensa não apenas refletem ou se “colam” a realidade, a se tornar uma espécie de anexo ou apêndice, isto é, um meio de transmissão das informações com os quais os verdadeiros fatos e acontecimentos não possuem nenhuma dependência; mas constituem, na verdade, a própria realidade, como parte integrante dela, sendo determinada e determinante ao mesmo tempo. É uma concepção dialética. A relação entre História e imprensa se torna, então, uma relação tensionada.

Não é de hoje que se constata, tradicionalmente, os dois campos para o estudo das relações entre História e Imprensa, a saber: a) História da Imprensa, que procura historicizar a imprensa, isto é, contextualizar o processo de desenvolvimento histórico dos órgãos de imprensa e abordar suas principais características e problemas; b) História através da imprensa, na qual se circunscreveriam trabalhos que tomam a imprensa como fonte primária, ou ainda secundária, para a pesquisa em História.

Mas o problema fica ainda maior quando o período histórico que se propõe a estudar é muito recente, ou melhor, insere-se no campo da História do Tempo Presente. É consagrada a leitura de Hegel de que “a coruja de minerva só levanta voo ao entardecer”, querendo dizer que os especialistas, principalmente da História e da Filosofia, só podem definir um processo (ele entendia que todo processo só pode ser observado como um Todo) quando ele se conclui. Como podemos fazer isto, então, se as consequências do processo histórico que nos propomos a estudar aqui neste trabalho parecem estar em movimento até hoje?

As professoras da Universidade Federal Fluminense fizeram uma entrevista interessante com o Professor Henry Rousso, especialista em História do tempo presente, em 2018. Elas ressaltam que “Nos últimos anos, [o professor] tem se dedicado ao





estudo da história da memória coletiva e dos usos do passado, campo que ajudou a construir” (AREND; MACEDO, 2009).

O professor coloca, na entrevista, que a História do Tempo Presente está, nos últimos anos, cada vez mais a ser identificada como o que ele chama de “história pública”, isto é, um campo do conhecimento mais popularizado (acrescentamos que com um certo teor de vulgarização, mas não que isto seja ruim), para além dos limites acadêmicos. Isto se deve a uma certa relevância social de temas recentes na História da humanidade, como no Brasil, por exemplo, a saída da ditadura militar, as lutas e os processos de redemocratização, o esforço para criação de um projeto nacional, dentre outros fatores (AREND; MACEDO, 2009).

O professor mostra ao longo da entrevista que, enquanto os historiadores de épocas antigas têm de se projetar no período estudado, tentar se aproximar dele e das suas experiências, na tentativa de alcançar a maior verossimilhança dos fatos, fenômenos e processos, o historiador do tempo presente têm de fazer um certo movimento inverso: tentar se afastar do seu próprio tempo, das testemunhas, dos “atores históricos” que ele mesmo presencia, interroga ou pesquisa (AREND; MACEDO, 2009). Nesse movimento está a tentativa de alcançar um “equilíbrio” entre experiência e conhecimento, isto é, entre o que a testemunha narra de acordo com sua vivência, com as lembranças e memórias subjetivas, e aquele passado que para o historiador é estranho, exterior.

Assim, a História do Tempo Presente, tem como objetivo, segundo o professor, destacar o caráter mutante de nossa relação com os fenômenos históricos ou políticos, bem como do passado, e, ao mesmo tempo, “relativizar” aquilo que aparece para as pessoas, no presente, como “novo” (AREND; MACEDO, 2009).

O historiador explica que existem duas maneiras de definir o campo História do Tempo Presente. A primeira maneira está relacionada com a criação, na França, do Instituto de História do Tempo Presente (IHTP) entre 1978 e 1980. Este instituto tinha como objetivo trabalhar a História Contemporânea no seu sentido etimológico, isto é, uma História em que o historiador investiga seu próprio tempo, sua própria experiência histórica, e com testemunhas vivas. Investigar a História ao mesmo tempo em que ela caminha. Caminhar com ela. A segunda maneira está justamente na confusão do termo “Contemporâneo” pois que, na historiografia francesa, ele se desvincula de sua significação direta e passa a se referir a um recorte no tempo histórico que se inicia com a Revolução Francesa (AREND; MACEDO, 2009).



Importante reflexão sobre o campo da História do Tempo Presente é desenvolvida pelo professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Carlos Fico (2012), ao tratar dos “fundos documentais” produzidos pelo regime militar a partir da noção de “eventos traumáticos”. O professor destaca que o conhecimento histórico produzido no campo da História do Tempo Presente pode vir a conflitar com o testemunho daqueles que viveram os fenômenos que o historiador está procurando explicar. Isto acontece por causa de certa natural “imbricação” da História do Tempo Presente com a política. Na política, recorta-se a experiência histórica de acordo com interesses ideológicos, principalmente na opinião pública e no senso comum, o que pode vir a gerar conflito com a explicação narrativa dos historiadores (FICO, 2012).

Esse conflito existe também na historiografia. O professor destaca que desde a Antiguidade, passando pela Idade Média e chegando à Era Contemporânea, o testemunho ocular da experiência histórica tem grande valor. Historiadores que vivenciaram os fenômenos históricos que se propõe a estudar se colocam como mais qualificados para explicá-los (FICO, 2012). Com o passar do tempo, na historiografia moderna e contemporânea, a pretensa objetividade que surge nos interesses do fazer histórico passam a desqualificar o testemunho ocular por considerá-lo imerso nas contradições que se propõe e, portanto, impossível de fazer uma análise imparcial. Hoje o movimento da historiografia parece retomar o entender da impossibilidade de imparcialidade no universo do pensamento e, por tanto, no fazer histórico. Mas as consequências e limites para deste entendimento para a História do Tempo Presente está ainda em movimento.

### **As charges sobre o Governo Collor (1990-1992)**

Passemos, então, a um exercício prático de como utilizar as charges como documentos históricos a partir do exemplo do Governo Collor (1990-1992).



Figura 1 – Charge publicada no jornal Folha de São Paulo



Fonte: *Folha de São Paulo*, São Paulo, 25 de dezembro de 1989. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10823&anchor=4097325&origem=busca&pd=9250aab02a85b1249c6c63b6fe3ff7bc>. Acesso em: 08 abr. 2020.

A charge acima se refere a uma conjuntura peculiar. O processo eleitoral de 1989 se encerrou com o segundo turno em um domingo, dia 17 de dezembro de 1989. Fernando Collor, primeiro presidente democraticamente eleito após a ditadura militar, só viria a tomar posse do governo em 15 de março de 1990. Este espaço de tempo gerou um certo vácuo de legitimidade de poder, pelo fato de Sarney não ter sido eleito pelo voto popular. A charge não só denuncia, mas cria, no plano simbólico, a forma como o país ficou estagnado, sem movimentação. Collor aparece, na charge, reconhecido pela sua caricatura: corte de cabelo bem determinado, bem como o nariz avantajado. Aparece como um salva-vidas em ação, isto é, em horário de trabalho.

A charge, ao colocar Collor nesta situação, também cria a ideia de que, no imaginário popular, ele pudesse ser o único a “salvar” a situação. Político construído pela mídia como *outsider*, o primeiro democraticamente eleito, representava a mudança, a salvação que o país precisava em um momento tão conturbado, simbolicamente um afogamento. No plano de fundo existe esta figura se afogando. Como a caricatura não está muito bem definida, pelo bigode talvez possa ser reconhecido como Sarney, e a forma como estava sem condições de governar (sobre isto ver TOSI, 2000).

Fernando Collor só entraria em ação em três meses. Até lá o jeito era aplicar especulações e projetar hipóteses. O próprio hábito de apresentar os ministros era tradicionalmente feito em cima da hora, isto é, no momento da posse. Um editorial do



jornal *Folha de São Paulo*, de forma crítica, na mesma página em que a charge foi publicada, defendia a ideia de que se Fernando Collor cumprisse esta tradição, fazendo uma indicação com antecedência, teria a vantagem de permitir o entrosamento das equipes com os problemas que se viria a enfrentar, talvez salvar o que se está afogando. Ou seja, arrumar-se-ia a casa para a transição para um governo que não mais negligenciaria o trabalho. Seria uma forma de o presidente mostrar que não perde tempo, que estaria empenhado na mudança da realidade da crise que o país enfrentava.

No entanto, a charge demonstra que o presidente eleito parecia pouco estar se importando com isso. Veja o descompromisso de Collor através de sua fala: “Aguenta só mais uns três meses”. Estaria, de fato, negligenciando o trabalho. Inclusive havia recusado uma antecipação da posse, permitida por mecanismos constitucionais. Quer dizer, não adianta mesmo. Só começaria a trabalhar para salvar o país, depois. Aguardaria ainda mais “uns três meses” para salvar o que se afogava, em última instância o país. Ou mesmo, o deixaria se afogar sem salvá-lo, para que não houvesse nenhuma associação entre os dois governos.

Apesar de ter sido eleito com mais da metade dos votantes, 35 milhões de pessoas, com o tempo Collor foi perdendo o prestígio popular, cada vez mais acusado de corrupção e perdendo a governabilidade, isto é, a capacidade de governar o país. Alguns autores destacam que o processo de *impeachment* do então presidente Collor ainda é motivo de controvérsias, naquela época e podemos projetar para hoje, entre os estudiosos. Essas controvérsias se acentuam pelos eventos recentes da História do nosso país. Eles levantam que muito pouca atenção o tema da corrupção havia conquistado entre os estudos acadêmicos que privilegiaram, por muito tempo, características pessoais do presidente ou características muito específicas de seu governo e das circunstâncias.

Discutindo a personalidade e a imagem simbólica do presidente, destaca-se que muitos estudiosos apontaram ser estes os fatores essenciais para que o *impeachment* houvesse ocorrido. Essas interpretações abordam o interessante fator de que Collor representava uma espécie de choque contraditório entre um mundo tradicional, do qual pertencia por causa da família e suas relações com a política de Alagoas, e um mundo moderno, devido aos seus estudos em Brasília e na região sudeste, bem como seu envolvimento com os serviços de comunicação de massa (também pela família) e seus dois primeiros casamentos com mulheres que, de certa forma, representam cada uma um



tipo de padrão social. Destaca-se que, em Collor, houve importantíssimo fator de marketing político até então nunca antes visto na história política brasileira.

Para estas interpretações que privilegiam as características pessoais do então presidente, destaca-se que a edição de inúmeras Medidas Provisórias, e seu uso como instrumento político de não negociação, são um reflexo de sua personalidade autoritária, “mandona”.

Os autores constataam que a bibliografia que analisa o processo de *impeachment* do presidente Collor em 1992 pelo ponto de vista das instituições políticas brasileiras é pequena, se tomada em comparação com a quantidade de especialistas que existem nas academias nestas áreas.

Para estas interpretações, o presidencialismo seria mais tendente ao conflito e colapso, embora exista uma aparência de estabilidade e de “renovação dos quadros dirigentes”. No entanto, ele pode significar, também, uma ruptura brusca entre governos, e impedir uma certa continuidade de projetos para o país, o que causa certa dificuldade de estabilidade econômica, dentre outros fatores. Neste sentido, existiria sempre um conflito entre a Presidência da República, com um caráter naturalmente mais centralizador, e uma série de outras instituições políticas, reguladoras ou não, que atuam no sentido de descentralizar o poder, dissipando-o e capilarizando-o pelo sistema. Em teoria, este conflito se estabeleceria para o equilíbrio da democracia, mas na prática ele potencializa o conflito e a inércia de projetos para o país.

A questão é que, nesta interpretação, a personalidade do presidente simplesmente desaparece. Observe:



**Figura 2** - Charge publicada no jornal Folha de São Paulo

**Fonte:** *Folha de São Paulo*, São Paulo, 05 de maio de 1990. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=11077&anchor=4056224&origem=busca&pd=33bb697f4efd494b80239ddfa706168>. Acesso em: 08 abr. 2020.

A charge transmite a ideia de que até mesmo recursos “espirituais” seriam utilizados para governar. Concretiza-se a ideia de incapacidade do presidente de lidar com crises. Esta charge é dividida em dois momentos, de acordo com as cenas. Na primeira, Collor está em aparição pública: está sendo filmado em uma coletiva de imprensa. Neste momento, ele mostra segurança e despreocupação. Quer criar a imagem de não haver crise.

O contexto histórico em que as charges são produzidas na imprensa, e que elas mesmas evidenciam, é de crise. Acreditamos, neste trabalho, que tal crise seja a de hegemonia burguesa, em conjunto com dissensões inter-burguesas no projeto neoliberal, o que gera a fragilidade da democracia recém-instalada. Os dois principais obstáculos à construção de uma hegemonia burguesa neoliberal foram: a instabilidade monetária, com índices de inflação muito altos; e o avanço da esquerda (principalmente de Lula). Estes fatores são o tempo todo representados nas charges, bem como crises e polêmicas mais “setoriais” do governo, o que representa a recomposição da unidade das classes dominantes em novas bases, assumindo, aqui, a imprensa produtora das charges (*Folha*

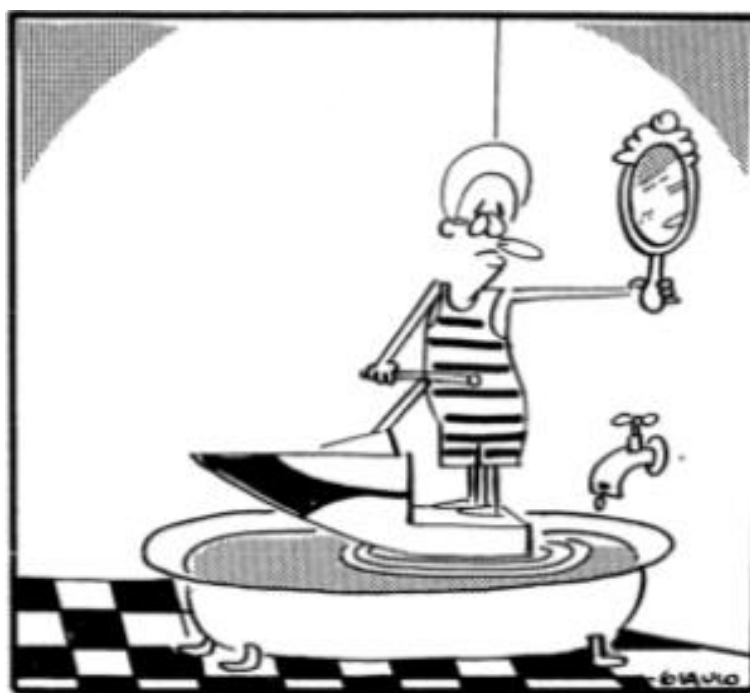


de São Paulo) como um aparelho de hegemonia representante da burguesia nacional, mas, dialeticamente, também representante de si mesma.

Em geral, desencadeia-se uma coalizão, tanto entre aparelhos de hegemonia vinculados à esquerda e à direita, quanto seus respectivos mecanismos de imprensa, que se baseou na insatisfação das diversas frações de classe com o governo Collor. Esta insatisfação é demonstrada de forma contraditória nas charges, pois, superando uma primeira fase em que boa parte, se não as totalidades, destas charges publicadas na *Folha de São Paulo*, simpatizaram-se com a candidatura, este periódico passa, ao longo dos dois anos de mandato, a assumir uma posição diferente com vistas a fortalecer as pressões para sua retirada. É nosso pressuposto, para o desenvolvimento deste trabalho, que até a burguesia, representante do capital nacional, temia que a impopularidade estabelecida no primeiro ano do governo se tornasse um descrédito do neoliberalismo.

Esta coalizão que incluía estes periódicos, posicionados a favor do capital nacional, significa, basicamente, um montante de interesses divergentes unificados momentaneamente pela remoção do governo, mas com expectativas futuras bem diferentes. Era uma convergência momentânea, mas uma divergência orgânica.

**Figura 3** – Charge publicada no jornal Folha de São Paulo



**Fonte:** *Folha de São Paulo*, São Paulo, 01 de outubro de 1992. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=11833&anchor=4927649&origem=busca&pd=6658c4d239150bd4f2cc3382ad470763>. Acesso em: 30 abr. 2020.



Um outro exemplo que podemos destacar é o fato de as charges atuarem, também, na possibilidade do *impeachment*. Nos momentos finais do governo, tornam-se muito mais intensas e direcionadas ao processo de *impeachment* as charges publicadas no jornal *Folha de São Paulo*, bem como o apoio a presidência futura de Itamar. Collor, o presidente da “desunificação”, deveria ser substituído por Itamar, o da unificação. O tema se torna recorrente, inclusive, retratando o sucessor Itamar Franco como presidente, geralmente aliado a assuntos como esquemas de corrupção que envolviam Collor e Paulo Cesar Farias<sup>113</sup>, a briga na mídia com o irmão Pedro Collor, a instabilidade econômica resultante dos projetos econômicos desastrosos, dentre outras coisas.

Enquanto Itamar continuava se reunindo discretamente com os militares e com outras lideranças importantes, as charges o colocavam na posição de Collor simbolicamente. As charges o tratavam como possível novo presidente, e insistia muito no *impeachment*. Tosi (2000, p. 159) afirma que “nos meios de comunicação, nos meios empresariais e sindicais e nos partidos, a percepção de que a corrupção se tornara uma prática de governo alastrou-se com a rapidez das metástases”.

A luta pelo *impeachment* também poderia ser uma maneira de cada aparelho de hegemonia se qualificar politicamente para a sucessão de 1994, articulando apoio entre a mídia e a imprensa, por isso o papel fundamental assumido pelos jornais e suas produções de charge neste confronto político. O assunto em destaque nas discussões públicas consequentemente ocupa destaque nas charges. Assim, a aliança se desfez logo nos primeiros meses do governo Itamar, desencadeando uma crise de representação política e triunfando o projeto neoliberal.

**Data de Submissão:** 22/03/2022

**Data de Aceite:** 17/06/2022

### Referências

AREND, S. M. F.; MACEDO, F. Sobre a História do Tempo Presente. Entrevista com o historiador Henry Rousso. Florianópolis: UDESC, 2009 (Entrevista - **Revista Tempo e Argumento** (UDESC)).

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia História**, Minas Gerais, v. 28, p. 43-59, 2012.

<sup>113</sup> Empresário, tesoureiro e chefe de campanha de Fernando Collor.





FREUD, Sigmund. O humor, (1927). In: **Edição Standart das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1977, v. 21, p.189-194.

LIEBEL, Vinícius. Humor gráfico: apontamentos sobre a análise das charges na História. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: ANPUH, 2005. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.23/ANPUH.S23.1596.pdf>. Acesso em: 30 de abr. 2020.

LUSTOSA, Isabel. **Histórias de Presidentes, A República No Catete**. Petrópolis/Rio de Janeiro: VOZES/FCRB, 1989.

LUSTOSA, Isabel. Tirania e humor no país do homem cordial. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 29, n. 1/2, p. 73-83, 1998.

MACIEL, David. **De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990)**. São Paulo: Alameda / Goiânia: Funape, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. Os expurgos de 1964 e o discurso anticorrupção na caricatura da grande imprensa. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 8, n. 18, p. 09-39, maio/ago. 2016.

MÜLLER, Angélica; IEGELSKI, FRANCINE. Entrevista com Henry Rousso. **Tempo - Revista do Departamento de História da UFF**, v. 24, p. 388-393, 2018.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. **História e imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2006.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **O Brasil de Fernando a Fernando: neoliberalismo, corrupção e protesto na política brasileira de 1989 a 1994**. São Paulo: Unijui, 2000.

SALIBA, E. T. História Cultural do Humor: balanço provisório e perspectivas de pesquisas. **REVISTA DE HISTÓRIA**, p. 01, 2017. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/127332/135577>. Acesso: 16 jun. de 2020.

SALIBA, Elias Thomé. **Raízes do Riso. A representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SALLUM Jr., Brasílio. CASARQUES, G. O impeachment do presidente Collor: a literatura e o processo. **Lua Nova**, São Paulo, v. 82, p. 163-200, 2011.

TÉTU, Jean-François. A informação local: espaço público local e suas mediações. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (Orgs.). **O Jornal – da forma ao sentido**. Brasília: Paralelo 15, 1997, p. 431-448.

VERÓN, Eliseo. Esquema para la análisis de la mediatización. **Revista Diálogos**, Lima, n. 37, 1987.

VILLA, Marco Antonio. **Collor presidente**: trinta meses de turbulências, reformas, intrigas e corrupção. São Paulo: Editora Record, 2016.

